

A motivação moral e o propósito das ações em Kant

Andréa Luisa Bucchile Faggion (PIBIC/CNPq – UEL)

O ponto desenvolvido a seguir é estratégico para uma boa compreensão do §14 da primeira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, e esse parágrafo, por sua vez, é um dos momentos cruciais da filosofia moral de Kant. Trata-se da relação entre a motivação moral e o propósito das ações.

Kant argumenta na primeira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* em prol da localização da moralidade das ações na motivação e não no propósito, já que alguém pode ter um propósito conforme aos ditames da moralidade, ou conforme ao dever, sem se preocupar em nada com o valor moral da ação. Kant defende então que só uma ação praticada por dever terá valor moral. Já que este valor deve ser entendido como incondicional, a ação não pode ter valor moral, se é condicionada por uma inclinação. O problema com esse tipo de motivação fica claro com a análise do comportamento das pessoas que agem dessa forma. Quando seu temperamento, por algum motivo, é alterado, não agem mais. Só agiam sob aquela *condição* que se extinguiu. A ação vale, não por si mesma, mas enquanto satisfaz uma inclinação e disto resulta, não genuíno valor moral, mas, no máximo, uma mera conformidade contingente ao dever.

No §14, Kant está em condições de determinar a ação por dever contrastando-a com as ações por inclinação. Como a ação por dever não faz do propósito um móbil para a vontade, pois então a ação seria condicionada pela inclinação, já que seria o objeto o motivo e não qualquer regra racional a qual a ação se conformasse, a pergunta de Kant é então a seguinte:

“Em que é que reside pois este valor, se ele não se encontra na vontade considerada em relação com o efeito esperado dessas ações?” (FMC, I, BA 13-4, pág. 26 [pág. 114]). A resposta é que reside no princípio da vontade, abstraindo dos fins ou da matéria da máxima: a vontade “terá de ser determinada pelo princípio do querer em geral quando a ação seja praticada por dever, pois lhe foi tirado todo o princípio material” (FMC, I, BA 14, pág. 26 [pág. 114]).

Kant é bem claro, ao menos quanto a isto, na passagem. Não se trata de dizer que ações morais não possuem um fim, mas sim que a inclinação pelo fim não é o que determina a ação, quando ela deve possuir valor moral (incondicional). É útil neste ponto estarmos atentos ao Teorema I da *Crítica da Razão Prática*, cujo conteúdo é praticamente idêntico ao nosso ponto, sendo o seguinte: “Todos os princípios práticos que pressupõe um objeto da faculdade de desejar, *enquanto princípio determinante da vontade*, são no seu conjunto empíricos e não podem fornecer nenhuma lei prática”. A preocupação aqui é desqualificar apenas as máximas que são adotadas pelo seu conteúdo, isto é, aquelas em que a referência ao objeto é o fator

determinante e não máximas que possuam objetos ou conteúdo empírico, pois estas são inevitáveis.

A princípio, não se trataria também de dizer que quem age moralmente (por dever), age para realizar o dever e não para ajudar um amigo, por exemplo. Talvez, estaríamos confundindo dois níveis da ação, a motivação e o propósito. Afinal, também poderíamos dizer, se fosse o caso, que quem ajuda o amigo por inclinação, não quer ajudar o amigo, mas satisfazer a inclinação. O correto pode ser que digamos que quem quer ajudar o amigo, quer ou por inclinação ou por dever. A diferença entre os dois tipos de ação, quanto ao propósito, é que a primeira é determinada pelo propósito mesmo, enquanto objeto da inclinação, e a segunda apenas por um princípio formal, embora não deixe de ter um propósito. Esta é a tese defendida por Allison em seu livro *Teoria da Liberdade de Kant* (Cf. 1990, págs. 190-8).

Ao que parece a tese de Allison precisa de reparos, porque quem age moralmente realmente quer o propósito expresso no conteúdo de uma máxima como *quero ajudar as pessoas*, mas se ele age por dever, devemos admitir que ele tem um propósito superior, ao qual ele subordina o propósito de ajudar as pessoas e que determina este último, ou seja, o sujeito tem uma máxima superior com um propósito último, que no caso da moralidade é: *quero agir moralmente seja lá qual for a circunstância*. Allison parece que esteve desatento nesta passagem para a teoria da hierarquia das máximas com a existência de uma máxima fundamental determinando a adoção das outras. Tem que estar sob meu poder a decisão de agir por dever ou não, se aí se encontra o valor moral, do contrário, não há razão para a discussão sobre mérito e culpa que é o próprio discurso moral para Kant.

É importante esclarecer que o que chamo de máxima fundamental não precisa ser, e dificilmente é, expressamente formulada pelo agente. Entretanto, não se trata de uma especulação psicológica do tipo: **inconscientemente, ele procurava x acima de tudo**. A máxima fundamental seria apenas o produto de uma reconstrução lógica, que busca chegar a um termo último, da justificativa oferecida para uma ação. Pode ser entendida como o princípio mais alto com o qual o agente se compromete ao atuar sob uma determinada máxima. A atuação sob esta máxima implicaria na aceitação de uma máxima superior ou fundamental da qual ela poderia ser derivada. Por hipótese, a máxima fundamental poderia ser alterada. Tratar-se-ia de uma mudança radical na atitude moral do agente.

Voltando ao ponto, para esclarecer a tese de que não é o propósito que determina as ações morais, a esta altura bastante complicada, podemos recorrer à distinção entre dois sentidos de objeto, para a qual Beck chama a atenção no livro *Um Comentário sobre a Crítica da Razão Prática de Kant*. Em um sentido, objeto significa "um real estado de coisas, uma coisa física e seus efeitos psicológicos que podem ser trazidos à existência pela ação" (1960, pág. 92). O termo objeto também pode se referir "a uma disposição interna da vontade, a um ato de decisão dela própria sem considerar a causalidade da vontade em trazer seus objetos (no primeiro sentido) à existência" (ibid. idem.). A máxima superior do agente moral terá sim um propósito determinando a ação, mas um que não é objeto físico. Ela tem um objeto determinante no segundo sentido apontado por Beck. Assim, propósito (matéria) e decisão moral da vontade (o por

dever como motivação, ou o princípio formal como fator determinante) se fundem na máxima fundamental (Cf. Beck, 1960, pág. 120-1, 134 e 136). De modo que, podemos dizer que a tese de Kant de que não é o objeto (propósito), mas a forma da máxima que determina a ação moral se aplica apenas àquelas máximas subordinadas dotadas de um propósito que é um objeto no primeiro sentido. Estas máximas são necessárias em toda ação, já que de uma determinação tão geral quanto a máxima fundamental não se segue imediatamente uma ação, sempre particular. Realmente, estas máximas subordinadas são o objeto de análise adequado caso Kant não queira cometer uma petição de princípio no §14, que ainda prepara o terreno para afirmar que a ação moral deve ser guiada por uma máxima fundamental como a que venho descrevendo.

Mas há um problema nesta tese que parece repousar na afirmação sobre um propósito moral superior determinando a escolha de máximas subordinadas. Paton percebeu muito bem a dificuldade. Em *O Imperativo Categórico: um estudo sobre a filosofia moral de Kant*, ele afirma: "não deve ser suposto que a ação [e a máxima correspondente] é então querida somente como um meio para uma abstração vazia... (1970, pág. 75. Cf. também págs. 115 e 166). As categorias de meio e fim, embora adequadas para quem tem o propósito último: **obter satisfação**; não se aplicam à atitude moral. De outra forma, teríamos máximas (e também ações) morais que não seriam boas em si mesmas, algo que Kant não admitiria (Cf. FMC, I, nota ao §14, BA 39, pág. 42 [pág. 124], por exemplo). Querer uma máxima por dever é querê-la pelo seu valor intrínseco. Portanto, não podemos dizer que agir moralmente seja um fim para o qual ajudar o amigo seria um meio. Em vez disto, ajudar o amigo é uma especificação (ou uma aplicação) do propósito mais geral de ser moral. Ajudar o amigo é agir moralmente. Todavia, se alguém ajuda o amigo por inclinação (mesmo imediata), pelo contrário, podemos distinguir entre agir e ter prazer na ação. A ação é um meio de obter satisfação. Ajudar o amigo não é ter prazer, ajudar o amigo dá prazer. Podemos dizer que uma coisa é a máxima, outra coisa é o efeito de seu objeto sobre a sensibilidade (ou uma coisa é a ação e outra seu efeito na sensibilidade), enquanto a aptidão à universalidade faz parte da ação (ou da máxima que a determina) mesmo (é uma característica dela). Como Paton diz: "é a condição da bondade da ação [ou da máxima], não obstante é um elemento da ação [ou da máxima] mesmo" (Paton, 1970, pág. 76. Cf. também págs. 108, 134 e 186).

BIBLIOGRAFIA

- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ALLISON, Henry. *Kant's Theory of Freedom*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- BECK, Lewis W. *A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.
- PATON, H. J. *The Categorical Imperative: a study in Kant's moral philosophy*. London: Hutchinson, 1970.